

habeas corpus na Justiça para tentar cancelar o 'toque de recolher' estabelecido pelo Governo do Estado como medida de contenção à pandemia do novo coronavírus. O processo será analisado

de Justiça de Santa Catarina (TJSC).

Quem assina o pedido é o defensor público Ralf Zimmer Junior, autor do processo de impeachment contra o governador Carlos Moisés

argumenta que o toque de recolher só é possível ao governo em caso de estado de sítio ou de guerra - e por isso não teria respaldo legal durante a pandemia. O defensor alega que a

soas durante a madrugada, "ameaça o direito de ir e vir dos cidadãos, notadamente os vulneráveis (moradores de rua)". O texto diz ainda que o toque de recolher pode levar à condução de pessoas que

haja comprovação que esses locais estariam a respeitar a segurança do conduzido, como, por exemplo, a garantia de não ter outros que se aproxime a mais de 1,5 m do cidadão, lugares ventilados,

regular uma eventual prisão de pessoas "se não estiverem em outra situação devidamente comprovada que simplesmente em virtude do seu gozo do sagrado direito pético de ir e vir".

AMREC pede socorro ao Estado

A Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) expediu ofício endereçado ao Secretário de Estado da Saúde, André Motta Ribeiro, pedindo a abertura de novos leitos de UTL, que podem ser abertos no Hospital São José e no Hospital São Marcos de Nova Veneza. Durante a reunião, o presidente da AMREC ligou para o Secretário de Saúde do Estado reforçando os pedidos.

em reunião realizada na AMREC, que reuniu o presidente da AMREC e prefeito de Cocal do Sul, Ademir Magagnin; a coordenadora da Comissão de Intergestores Regional de Saúde da região da AMREC (CIR-Carbonífera) e secretária de saúde de Nova Veneza, Maristela Vivali Cunico; do vice-coordenador da CIR e secretário de saúde de Criciúma, Acélio Casagrande; do diretor executivo da AMREC, Lei Alexandre; do diretor executivo do Con-

sórcio Intermunicipal de Saúde (CISAMREC), Roque Salvan, além de servidores da área da saúde de Criciúma e do Estado. No ofício, a AMREC reforça o dado de 91% dos leitos de UTL com ocupação do Estado todo, e que na região está em 100%, e que os números são os piores desde o início da pandemia. No documento é feito o pedido de que a "abertura de novos leitos é fundamental", e que existem hoje 10 pacientes na fila, aguardando

abertura de leitos de UTL. Na ligação feita ao secretário de Estado, André Motta Ribeiro, ele pediu oficialização dos pedidos da região com sugestão. O ofício coloca como sugestão abertura de 33 novos leitos no total, sendo 10 no Hospital São José; 13 no Hospital de Relaguarda do Rio Maina; e mais 10 no Hospital São Marcos de Nova Veneza.

Outros assuntos - Outra questão levantada pelo diretor executivo da AMREC, Lei Alexandre, é a possibilidade dos hospitais de campanha, caso sejam desativados em

outros estados, sejam remanejados e instalados para nossa região.

Lei Aldir Blanc: comissão discute terceiro edital

A comissão responsável pelos recursos da Lei Aldir Blanc se reuniu essa semana para discutir as regras do terceiro edital, que trata da produção da Live Cultural, que será realizada de 16 a 20 de dezembro, das 19 às 23 horas. O valor do edital é de R\$ 71.143,34, que será dividido em três modalidades, e as inscrições vão de 2 até 10 de dezembro.

A produção com sonorização, transmissão, iluminação, conforme o representante da Secretaria de Educação no Comitê Gestor, Marcos Felipe dos Santos, será por 15 mil. O credenciamento de músicos, bandas e corais, para apresentação será 50 mil, onde serão contratados 20 músicos, que devem estar cadastrados no mapa cultural do município.

A locação de espaço custará R\$ 5.143,34. A empresa UNIFIQUE já se prontificou de apoiar a Live, doando a internet nos 5 dias. "Toda produção da Live será realizada por agentes culturais residentes no município", garante o Gerente Municipal de Cultura e Turismo, Juarez Fogaça, que vem acompanhando todo o processo.

